

Mulheres agricultoras e agroecologia: os nexos encontrados na revisão da literatura

*Clara Ribeiro Camargo
Marcos Sorrentino
Luciana Travassos*

Resumo

A relação entre mulheres e agroecologia tem sido aprofundada em artigos acadêmicos, em programas governamentais e em projetos de organizações da sociedade civil. Compreender o estado da arte, a base teórica e os principais argumentos que embasam essa relação são os objetivos deste texto que utilizou da metodologia da revisão da literatura para a elaboração da análise. Os resultados apontam que produção diversificada de alimentos, manutenção de espécies nativas e dos agroecossistemas, conhecimento de plantas medicinais, produção e troca de sementes, produtos para alimentação da família ou comunidade (autoconsumo ou trocas), tempo de trabalho fora de casa, inclusive com agricultura e o tempo dedicado ao trabalho doméstico, origem da família, a participação em redes e presença na comunidade são alguns temas trabalhados quando se considera as mulheres agricultoras agroecológicas. O artigo explica essas escolhas a partir dos principais referenciais teóricos que aparecem nos artigos analisados que são: a economia feminista e o ecofeminismo, mas também traz as implicações da ética do cuidado e da teoria do comum.

Palavras-chave: Agroecologia; Mulheres; Economia Feminista; Ecofeminismo.

1. INTRODUÇÃO

Os sistemas agroalimentares convencionais reproduzem e aprofundam desigualdades sociais, como a desigualdade de gênero, cuja raiz está na divisão sexual do trabalho. Na zona rural, o acesso a pequenas porções de terra e a necessidade de alimentar as famílias aproximaram as mulheres ao campo agroecológico, por conta da diversidade de espécies cultivadas e dos poucos recursos disponíveis para a modernização agrícola, tornando essa relação, um objeto profícuo para a pesquisa científica e para a elaboração de políticas públicas.

Assim, observa-se um aumento no volume de pesquisas voltadas para destacar e compreender a participação das mulheres nos processos de desenvolvimento social da agroecologia (Coradin; Schwendler, 2023). Esses estudos buscam analisar, entre outros tópicos, de que maneira e em que extensão essas iniciativas provocam transformações nas dinâmicas de gênero no ambiente rural. Diante deste contexto, este capítulo busca investigar os nexos na literatura sobre mulheres e agroecologia com o objetivo de compreender como estes temas se interrelacionam, quais as principais linhas teóricas que os explicam e os principais indicadores utilizados em pesquisas na área.

A construção deste estado da arte foi realizada como parte da elaboração da tese de doutorado intitulada *Mulheres e Agroecologia: um estudo sobre cuidado e política*, defendida no Programa de Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, em junho de 2023.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi a revisão sistemática da literatura e, para isso, utilizou-se os descritores “mulheres AND agroecologia”, assim como os termos em inglês “women AND agroecology” nas bases de dados Scielo, Scopus e Periódicos Capes. Foram encontrados 101 artigos, o que exigiu uma seleção dos mais apropriados para a escrita deste texto. Foram aplicados os seguintes filtros: artigos publicados entre 2012 e 2021, que tratassem de experiências com produção vegetal e com ênfase na América Latina, o que resultou na leitura de 18 artigos. Além dos artigos mencionados, foram lidos outros 6 textos que apareceram com frequência nas citações.

A leitura desses artigos indicou duas linhas principais de pensamento. A primeira com foco na análise das relações de poder existentes nas estruturas da sociedade, a partir de uma perspectiva de gênero, que se extrapolam para o sistema agroalimentar (De Carvalho; Bógus, 2020; Deepak, 2014; Guétat-Bernard; Prévost, 2016; Trevilla Espinal *et al.*, 2021). A segunda, focada nos processos dos movimentos sociais, que descreve como a questão do feminismo, foi se aproximando da questão agrícola e ambiental (Benítez *et al.*, 2020; Busko, 2019; Costa; Dimenstein, 2020; Hillenkamp, 2019).

Tais linhas, apesar de abordarem os mesmos temas, partem de perspectivas diferentes. A primeira explica os fenômenos sociais, a partir de categorias analíticas como gênero, capitalismo e colonialismo, que se articulam na constituição do pensamento crítico feminista agroecológico, e olha para as experiências a partir destas lentes, em um processo de construção do conhecimento mais dedutivo. Já a segunda, parte de realidades e dados empíricos para então contribuir com um arcabouço teórico e, portanto, pode ser considerada mais indutiva.

A revisão de literatura também encontrou dois artigos na área da antropologia, abordando o tema a partir de uma lógica relacional em que os papéis de gênero produzem formas diferentes de relação com a natureza e, no caso das mulheres, por elas serem, na maior parte do tempo, as responsáveis por cuidar, alimentar, educar, tornando-se também grandes conhecedoras de plantas alimentícias e medicinais, assim como guardiãs de sementes e de biodiversidade (Elias, 2016; Luzuriaga-Quichimbo *et al.*, 2019). As discussões encontradas ao longo desses artigos serão apresentadas neste texto de forma temática, buscando relacionar os principais conceitos encontrados.

3. MULHERES E ALIMENTO: ONDE ESTÃO AS RELAÇÕES DE PODER?

A primeira linha de pensamento identificada é um importante ponto de partida para a compreensão das estruturas que compõem uma matriz de opressão presente nos sistemas agroalimentares: o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo. Essa perspectiva politiza o debate de gênero e traça importantes quadros (*frameworks*) de análise (Carvalho; Bógus, 2020; Deepak, 2014; Trevilla Espinal *et al.*, 2021). Para essas autoras, tal construção é relevante, pois traz visibilidade para iniciativas que, por séculos, foram vistas como não econômicas ou não políticas, pois não geravam renda. Essa abordagem está bastante alinhada com teorias decoloniais (Costa; Dimenstein, 2020; Deepak, 2014; Trevilla Espinal *et al.*, 2021) e relaciona a atuação das mulheres agricultoras agroecológicas com estratégias de resistência ao capitalismo, ao patriarcado e ao colonialismo.

Porém, apesar do avanço do feminismo enquanto perspectiva analítica e como movimento social, é recente a compreensão de que o reconhecimento do trabalho e conhecimento das mulheres agricultoras é fundamental para o aprofundamento da transição agroecológica, compreendida aqui não apenas pelos aspectos ecológicos, mas também ligados à justiça social.

Os artigos relatam uma série de dificuldades sofridas pelas mulheres em diferentes territórios da América Latina, como sobrecarga de trabalho entre o trabalho produtivo e reprodutivo; baixo acesso aos meios de produção como terra, água, sementes, insumos; baixa qualidade da produção agropastoril das terras controladas por elas; dificuldades na participação política; limitada autonomia econômica e de tomada de

decisão; empregos temporários e precários que geram insegurança econômica e dependência (Nobre *et al.*, 2017).

Além disso, o crescimento de projetos extrativistas na América Latina ameaça as fontes de subsistência das mulheres, o que explica o crescimento de seu papel na defesa dos territórios, da biodiversidade e da manutenção cultural e socioeconômica da sua comunidade (Trevilla Espinal *et al.*, 2021).

Apesar destas dificuldades, as mulheres agricultoras desempenham uma série de tarefas que são indispensáveis para a manutenção da própria vida como a produção diversificada de alimentos de qualidade, a manutenção dos ecossistemas, o conhecimento de plantas medicinais (Hillenkamp, 2019), o desenvolvimento de técnicas de cultivo próprias, como a integração de culturas no mesmo local de produção. A literatura também aponta que as mulheres são as maiores responsáveis pelo resgate e multiplicação de sementes crioulas, devido à maior preocupação com a segurança e soberania alimentar de suas famílias (Tait, 2005 *apud* Costa; Dimenstein, 2020). Nesse sentido, considerar a perspectiva de gênero tem se apresentado como uma das estratégias para o alcance de metas de políticas de conservação da biodiversidade (Luzuriaga-Quichimbo *et al.*, 2019).

Entretanto, a relação entre mulheres e política, historicamente, é vista como algo pautado na luta pelo reconhecimento de direitos básicos, já que a sociedade capitalista e patriarcal foi construída sob bases da divisão sexual do trabalho, naturalizando e hierarquizando os papéis de gênero, o que excluiu por muito tempo as mulheres do *locus* da política.

No meio rural, a divisão sexual do trabalho, em geral, atribui, às mulheres, o trabalho doméstico e a responsabilidade por cuidar das pessoas, dos animais e dos cultivos nos espaços perto da casa (quintal, horta, galinheiro etc.) e, aos homens, o trabalho agrícola e não agrícola que envolve espaços maiores (pastos, sertões, roçados, mercados), podendo variar conforme a região (Hillenkamp, 2019). Todavia, a diferença é que os trabalhos desempenhados pelas mulheres, geralmente, não geram renda monetária, o que expressa uma menor valorização do trabalho feminino e, consequentemente, a sua invisibilização (Telles, 2018). Ao mesmo tempo, os indicadores nacionais sugerem uma maior carga de trabalho para as mulheres, com uma média de 55,3 horas de trabalho por semana para as mulheres rurais em comparação com 47,7 horas no caso dos homens (IPEA, 2011).

O papel de cuidadoras é consequência dessa divisão que permeia as relações sociais e é fundamental na sua organização (Biroli, 2018). Porém, tem sido visto por pensadoras do marxismo feminista como trabalho não remunerado.

O problema é que essa divisão tem impacto profundo nas democracias contemporâneas, uma vez que o equilíbrio entre trabalho

remunerado e não remunerado e o acesso diferenciado a ocupações incidem nas hierarquias que definem as possibilidades de participação política, pensada não apenas como ocupação de cargos, mas também como engajamento em ações políticas, mais amplamente (Biroli, 2018, p. 29).

Além das desigualdades geradas na esfera pública, a visão de que trabalho doméstico não remunerado é um não trabalho gera uma série de dificuldades para a compreensão de indicadores econômicos, de acordo com a perspectiva da Economia Feminista (Telles *et al.*, 2018; Moura; Moreno, 2013). Essas autoras defendem a interdependência entre as esferas de reprodução e produção como forma de contribuir para a reflexão sobre a construção de análises e indicadores capazes de avaliar as configurações da desigualdade de gênero de modo a orientar a elaboração de políticas geradoras de igualdade (Telles *et al.*, 2018; Moura; Moreno, 2013).

Essa interdependência entre as esferas é ainda mais evidente no meio rural, uma vez que os quintais produtivos¹ são como a extensão da cozinha e, portanto, do trabalho doméstico. Entretanto, experiências como aquelas relatadas por Telles *et al.* (2018) afirmam que, desses quintais, muitas vezes vêm os alimentos consumidos pela família e o excedente comercializado, o que pode ser visto como trabalho produtivo, tornando ainda mais entrelaçadas as nuances dessas relações. De acordo com elas, os quintais são um espaço estratégico para a transição agroecológica, seja para a produção de alimentos garantindo a segurança alimentar das famílias, seja para a experimentação e a geração de renda monetária e não monetária (Telles *et al.*, 2018). Porém, é necessário mudar a forma de olhar para essas produções, indo além das lentes da economia ortodoxa que não considera essas relações.

A maior parte destes artigos tem como base a Economia Feminista e a Sociologia Econômica, notadamente a visão de Karl Polanyi. A leitura deste autor sugere uma visão mais ampla da economia que incorpora também os bens simbólicos, culturais e não mercantis. Nessa visão, a organização da produção e da distribuição é resultado da articulação dos princípios de integração econômica: a reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade e o mercado (Polanyi, 2000).

A partir dessa lógica, pode-se compreender que a atuação dessas agricultoras responde a lógicas não apenas mercantis, no sentido de comercializar os seus produtos, mas que a sua atuação no mundo responde antes a alimentar a família, manter o ecossistema, fortalecer a comunidade e, a partir daí, se integrar aos mercados locais

1 O quintal é definido como a porção de terra próxima à residência e de fácil acesso (BRITO; COELHO, 2000 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2021). Estudos feministas sobre agroecologia revelam como o quintal tem se apresentado como local de experimentação de forma autônoma da mulher, visando a produção da socioagrobiodiversidade, soberania e segurança alimentar (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

ou regionais. O que aparece bastante acompanhada dessa lógica nos artigos é a presença e valorização de um modo de vida camponês (Benítez *et al.*, 2020; Deepak, 2014; Mestmacher; Braun, 2020).

A conciliação das esferas produtiva e reprodutiva explica, portanto como a produção de alimentos, seja na agricultura ou no processamento, se configura como atividade econômica realizada por mulheres, especialmente em períodos de crise (Faria, 2009 *apud* Tait; Jesus, 2017).

Olhar para essas questões invisibilizadas da economia e da sociedade é fundamental para enfatizar a contribuição econômica das mulheres e ampliar as discussões sobre o caráter androcêntrico das bases da economia, por exemplo a generalização da existência de um *homo economicus*. Do ponto de vista analítico, portanto, a leitura desses artigos trouxe à tona a importância da construção e análise de indicadores capazes de interpretar a realidade a partir da ideia da sustentabilidade da vida (Carrasco, 2003).

4. EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS E O PAPEL DO ESTADO NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Grande parte dos artigos encontrados ao longo da revisão da literatura relata experiências com pesquisa de campo. Alguns artigos também abordam, em parte, o papel do Estado no fortalecimento de um modelo de desenvolvimento de agricultura e soberania alimentar e reforçam a importância dos programas e políticas para quem produz alimentos, bem como para a sociedade como um todo, que consome alimentos diariamente, ainda que considerando as dificuldades das mulheres em acessarem políticas.

O tema do Estado enquanto propulsor da transição agroecológica nos territórios é alvo de discussões, pois ao mesmo tempo que pode jogar um papel importante no desenvolvimento de políticas e de mercados locais, pode também enfraquecer os movimentos de base e as organizações sociais que deveriam estar no centro da discussão sobre estratégias de escalonar a agroecologia, de acordo com Mestmacher e Braun (2020).

As mesmas autoras afirmam que, para alcançar a sustentabilidade do ponto de vista ecológico, econômico e social, a agroecologia deve desafiar o patriarcado e as formas de violência estrutural contra as mulheres. A partir do relato de uma experiência no Chile, elas afirmaram que a incorporação das mulheres aos processos de extensão rural governamental foram fundamentais para o aprofundamento da transição agroecológica na região. Porém, tal relato concluiu que é necessário abordar o potencial transformador que as políticas de agroecologia têm na questão de gênero na família e na comunidade como um todo, promovendo o compartilhamento do trabalho reprodutivo e permitindo o fortalecimento de laços sociais, a realização de intercâmbios e educação (Idem).

Concluem que, no Chile, a atuação do Estado se dá por alguns servidores públicos ativistas e que, para ganhar escala, é importante que eles estruturarem políticas de Estado e não de governo, bem como fortaleçam as comunidades e associações de agricultoras e agricultores de maneira que o trabalho não acabe quando o técnico deixar o lugar.

Experiências parecidas também são relatadas em Cuba (Benítez *et al.*, 2020), Uruguai (Beatriz, 2016), Costa Rica (Sylvester; Little, 2020) e Brasil (Busko, 2019; Costa; Dimenstein, 2020; Hillenkamp, 2019; Tait; Jesus, 2017). Em Cuba, foram relatados os seguintes impactos ao incluir a perspectiva de gênero nos trabalhos de extensão rural: aumento das mulheres no desenvolvimento e implementação de inovações agrícolas, melhora da autoconfiança das mulheres agricultoras e sua família; melhora na diversificação produtiva das famílias; aumento do emprego e da renda nos lares por meio dos projetos de processamento de alimentos gerenciados por mulheres e facilitação das oportunidades de comercialização. A incorporação das mulheres como protagonistas desse processo pôde dar visibilidade ao trabalho de cuidados e ao fato de que tal trabalho extrapola os limites do lar para o cuidado com a comunidade e com a natureza, incluindo os seres não humanos (Benítez *et al.*, 2020).

Sylvester e Little (2020) avaliaram os benefícios e desafios vivenciados pelas mulheres agricultoras agroecológicas, na Costa Rica, apontando questões que podem ser compartilhadas pelos demais territórios latino-americanos, considerando as suas especificidades. De acordo com as autoras, os benefícios encontrados foram o compartilhamento de conhecimento, a criação de comunidade, a geração de renda, a independência financeira e a construção de uma identidade própria (para além de ser esposa e mãe), a equidade na tomada de decisão enquanto família, saúde humana e do solo, conservação da biodiversidade e das sementes, autoconfiança e oportunidades de liderança dentro das redes agroecológicas.

Apesar desses benefícios, as autoras também relataram barreiras enfrentadas pelas agricultoras. São elas: a ampla cultura de discriminação das mulheres na agricultura e os papéis desproporcionais na economia do cuidado, que reduz o tempo disponível para as mulheres ocuparem espaços públicos e de tomada de decisão. Elas também apontaram que todas as mulheres reportaram o machismo e as microagressões cotidianas sofridas por elas (Idem).

Sobre experiências brasileiras, há uma série de artigos que relatam como o feminismo e a agroecologia foram se aproximando enquanto movimentos propositivos de uma nova agenda para o desenvolvimento rural, a sustentabilidade e a soberania alimentar (Busko, 2019; Costa & Dimenstein, 2020; Guétat-Bernard; Prévost, 2016; Hillenkamp, 2019; Tait; Jesus, 2017).

De acordo com esses artigos, no Brasil, as experiências com mulheres trouxeram como aprendizado uma compreensão da relação entre a vida cotidiana, visões de

mundo e resistência que invertem uma possível interpretação vitimista ou com ênfase apenas na falta de poder, de igualdade ou opressão. Esse aprendizado instiga a pensar sobre a capacidade de ressignificação da política, do público e do privado e das práticas sociais. A relação entre discurso político, práticas cotidianas, lógica do cuidado e concepções éticas é um dos aspectos mais interessantes na constituição de uma “epistemologia engajada” e forjada no mundo da vida, por meio de experiências de interdependência e sustentabilidade que reforcem as propostas éticas e políticas (Tait; Jesus, 2017).

Essas autoras afirmaram que a relação entre gênero, meio ambiente e agricultura é solo fértil para pensar-agir em prol dos feminismos como expressão de uma emancipação produtiva libertária, em prol de um futuro na direção de uma ética comum implicada com uma noção de bem viver compartilhado, em que a qualidade de vida humana considere a interdependência e a ecodependência (Herrero, 2014; Tait; Jesus, 2017).

Nobre *et al.* (2017) analisam os dados das políticas oficiais do Brasil e da FAO. Para essas autoras, os dados oficiais refletiam o não reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais, quando, por exemplo a FAO afirma que 24,2% dos trabalhadores na agricultura no Brasil são mulheres (FAO, 2017), em contraposição às afirmações da Via Campesina de que, entre 70 e 80% dos alimentos consumidos por famílias pobres são produzidos na região por mulheres. Tais afirmações encontram eco nos pensamentos da Economia Feminista de que é necessário rever as métricas e indicadores do pensamento econômico hegemônico para inserir os trabalhos reprodutivos e de sustentabilidade da vida como um todo, como por exemplo a produção de alimentos.

Entre os fatos empíricos relatados nos artigos, é importante pontuar as Marchas das Margaridas como ativismo fundamental para a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e a luta pela incorporação do lema “Sem Agroecologia não há Feminismo”, pela Articulação Nacional de Agroecologia (Hillenkamp, 2019).

Tais acontecimentos influenciam também a construção de conhecimentos, levando a questionamentos sobre as epistemologias da agroecologia, as intersecções entre gênero, raça e classe que se sobrepõem também ao processo de construção de conhecimento. A partir dessa movimentação, no Brasil, uma série de publicações começa a surgir, buscando compreender as inter-relações entre agricultura, meio-ambiente e gênero, porém negando a neutralidade e afirmando a importância e a agência das mulheres no processo de produção de alimentos de qualidade a partir do reconhecimento dos seus saberes e dos seus direitos historicamente negados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria mais utilizada ao longo da revisão da literatura foi a Economia Feminista. Essa perspectiva, com suas diferentes vertentes, tem contribuído para dar visibilidade e pro-

mover debates sobre a importância do trabalho voltado para a “reprodução e sustentabilidade da vida humana” (Tait; Jesus, 2017). A leitura de Carrasco (2003), uma das principais autoras desta abordagem, traz a interdependência e as tensões existentes no sistema capitalista entre obter lucro e cuidar da vida humana (Carrasco, 2003).

O cuidado com a vida humana e com as necessidades básicas tem, por um lado, uma dimensão objetiva (necessidades biológicas, como alimento, higiene) e, por outro, subjetiva (que inclui afeto, segurança psicológica, vínculos). O trabalho doméstico visa, em grande parte, atender a essas duas dimensões das necessidades humanas, muito embora a não materialidade da dimensão subjetiva faça parecerem invisíveis essas atividades (Carrasco, 2003).

Esses trabalhos têm um contexto social e emocional distinto do trabalho assalariado ou remunerado realizado fora da esfera doméstica. Para a compreensão mais profunda das interdependências entre esferas de produção e reprodução da vida, algumas autoras se baseiam no conceito de economia substantiva de Karl Polanyi (Catacora-Vargas; Siliprandi; Zuluaga Sanchez, 2018; Hillenkamp, 2019). A principal contribuição do autor é afirmar que práticas econômicas nem sempre correspondem a uma esfera autônoma e autorregulada, como postulam os economistas neoclássicos, mas estão arraigadas na vida social e institucional de uma comunidade. Desta maneira, para ele, a economia é inseparável da ética, da cultura e da política (Aguayo; Ramírez, 2019).

O ecofeminismo, definido como uma corrente teórica e um movimento social que relaciona a exploração e degradação da natureza com a subordinação e opressão das mulheres (Shiva; Mies, 1993), também se revelou como importante linha de pensamento para abordar o assunto. Essa abordagem surgiu na década de 1970, junto com a Segunda Onda do Feminismo e estabelece alianças entre feminismo e ambientalismo, além de promover uma crítica teórica e mobilização social que visam enfrentar os impactos negativos do “desenvolvimento humano”, a partir de uma perspectiva relacional humano / natureza / gênero (Tait; Jesus, 2017).

Além das teorias utilizadas para a explicação da aproximação entre mulheres agricultoras e agroecologia, a revisão da literatura permitiu elencar alguns conceitos que acompanham esse debate. O desenvolvimento de autonomia, a agrobiodiversidade e o cuidado com as sementes foram temas que apareceram na maioria dos artigos. Isso quer dizer que os nexos entre os assuntos refletem a busca por meios de vida autônomos, independentes de estruturas de opressão e que possibilitem a reprodução dos seus modos de vida tradicionais.

A busca por autonomia se reflete em reduzir a dependência do mercado, o que explica a direção dos cultivos voltados para o autoconsumo da família e a diversificação das culturas. Também se reflete no cuidado com a reprodução das sementes, pois assim, não necessitam comprá-las e conseguem desenvolver variedades adaptadas ao

agroecossistema local (Busko, 2019; Costa; Dimenstein, 2020). Não por acaso, foram as mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas as pioneiras em denunciar os impactos do uso de sementes transgênicas para a agricultura familiar (Costa; Dimenstein, 2020).

Na mesma direção, se encontra o manejo biodiverso que organiza a combinação entre plantas. Tais técnicas de cultivo favorecem uma série de serviços ecossistêmicos, como a provisão de alimentos diversificados, adubação do solo, manutenção da biomassa e da água na terra, polinização, barreiras contra o vento ou sol extremo, entre outras capacidades.

Assim, a aposta das agricultoras em desenvolver técnicas de manejo agrobiodiversas as ajuda a reduzir suas vulnerabilidades e a encarar a escassez de recursos, como a de terra disponível. A diversificação das atividades econômicas também vai no mesmo sentido, como o processamento de alimentos e a busca por mais de um canal de comercialização.

Em um contexto mundial de aumento da *commodificação* da agricultura e da alimentação, o não reconhecimento da sabedoria das mulheres acerca das plantas alimentícias e medicinais pode acarretar um risco à saúde das populações e à extinção de espécies alimentícias. A exclusão das mulheres da ciência e da gestão dos recursos naturais também representa uma falta de rigor metodológico e pode acarretar subestimação do uso e da diversidade das plantas (Elias, 2016). Ao mesmo tempo, a perda da diversidade de plantas alimentícias leva à erosão do conhecimento relacionado ao uso e conservação da agrobiodiversidade e ameaça à segurança alimentar global.

Além disso, a industrialização do sistema socioeconômico como um todo causa mudanças rápidas nos sistemas locais de conhecimento agroecológico e nas práticas de gestão de recursos, interrompendo as transferências de conhecimento entre gerações. Reconhecer e valorizar o conhecimento agroecológico de mulheres e homens é crucial para preservar este corpo de conhecimento (adaptável e em evolução), as culturas nas quais está inserido e os agroecossistemas que contribuem para sustentar (Elias, 2016).

É por isso que os problemas ambientais globais, como as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade (Luzuriaga-Quichimbo *et al.*, 2019) e produção de água, exigem que os formuladores de políticas tenham um olhar diferente e aprofundado para as desigualdades sociais estruturais, considerando as questões de gênero.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção teórica da agroecologia feminista definiu quadros analíticos que ajudam a compreender como as estruturas de opressão atuam sobre a vida das mulheres agricultoras. Se, por um lado, existe a opressão capitalista que gera empregos precários e informais e baixa autonomia, por outro existe a dominação sexo/gênero que desvaloriza

o trabalho e o conhecimento dessas mulheres nos sistemas alimentares, gerando desigualdade no acesso à terra, sobrecarga de trabalho e diferenças salariais. Soma-se a isso o colonialismo e a destruição de culturas não ocidentais, especialmente relacionadas às práticas alimentares. Isso se dá pelo controle e lucro das companhias transnacionais assim como pela falta de políticas públicas que viabilizem mudanças institucionais. Esse quadro analítico, porém, é capaz de mostrar que há resistência a essas estruturas de poder, materializando a ideia de que onde há poder, há contrapoder.

A revisão da literatura permitiu construir um arcabouço para olhar para as mulheres agricultoras a partir dos seguintes indicadores: produção diversificada de alimentos, manutenção de espécies nativas e dos agroecossistemas, conhecimento de plantas medicinais, produção e troca de sementes, produtos para a alimentação da família ou comunidade (autoconsumo ou trocas), tempo de trabalho fora e dentro de casa, dependência de compra de insumos, origem da família e relação com a terra, participação em redes, acesso (ou não) às políticas públicas e presença na comunidade.

Esses indicadores podem ser utilizados nas pesquisas com mulheres agricultoras para analisar o seu grau de autonomia, sua relação com o meio ambiente, a divisão do trabalho reprodutivo e produtivo, bem como os seus conhecimentos que muitas vezes são invisibilizados. No entanto, é importante ter em mente a contextualização dos locais de produção, uma vez que pode haver diferença nas formas de atuação, sobretudo se a abordagem é na zona rural ou em zona urbana. Essas diferenças merecem atenção em análises futuras.

REFERÊNCIAS

- CORADIN, Cristiane; SCHWENDLER, S. F. Histórias de vida de mulheres sem terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, p. 1-14, 2023.
- AGUAYO, Beatriz; RAMÍREZ, Loreto. Solidary care economy in the politization and socialization of women's hidden labour. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019V27N254486>. Acesso em: 25 maio 2025.
- BENÍTEZ, Barbara *et al.* Empowering women and building sustainable food systems: a case study of Cuba's local agricultural innovation project. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2020.554414>. Acesso em: 25 maio 2025.
- BIROLI, Flavia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: 2018.
- BUSKO, Paula Simone. Escrivências decoloniais: o movimento do feminismo agroecológico como um modelo de educação informal no Vale do Ribeira (SP). *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, v. 20, n. 3, p. 302-311, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2019v20n3p302-311>. Acesso em: 25 maio 2025.

- CAMARGO, Clara. *Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política*. 2023. 226 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- CATACORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma; ZULUAGA SANCHEZ, Gloria Patricia. *Agroecología en femenino*. SOCLA, La Paz: 2018.
- COSTA, Graça; DIMENSTEIN, Magda. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, vol. 15 n 4, São João del-Rei, 2020.
- DANTAS MOURA, Maria da Conceição; FALEIROS CAMARGO MORENO, Renata. A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no Sertão do Apodi. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 18, n. 2, p. 28-43, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n2p28>. Acesso em: 25 maio 2025.
- CARVALHO, Laura; BÓGUS, Cláudia. Gender and social justice in urban agriculture: the network of agroecological and peripheral female urban farmers from São Paulo. *Social Sciences*, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/SOCSCI9080127>. Acesso em: 25 maio 2025.
- DEEPAK, Anne C. A postcolonial feminist social work perspective on global food insecurity. *Affilia. Journal of Women and Social Work*, v. 29, n. 2, p. 153-164, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886109913516456>. Acesso em: 25 maio 2025.
- ELIAS, Marlène. Distinct, shared and complementary: gendered agroecological knowledge in review. *CAB Reviews: Perspectives in Agriculture, Veterinary Science, Nutrition and Natural Resources*, v. 11, n. 040, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1079/PAVSNR201611040>. Acesso em: 25 maio 2025.
- GUÉTAT-BERNARD, Hélène; PRÉVOST, Heloïse. L'agro-écologie au Brésil, un instrument genre de luttes sociales. *L'Ordinaire des Amériques*, n. 220, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/orda.2888>. Acesso em: 25 maio 2025.
- HILLENKAMP, Isabelle. ¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas. *Revista de Antropología Social*, v. 28, n. 2, p. 297-322, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/raso.65616>. Acesso em: 25 maio 2025.
- TAIT, Márcia; JESUS, Vanessa. Questions on gender and technology in the construction of agroecology. *Scientiae Studia*, v. 15, n. 1, p. 73-91, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/51678-31662017000100005>. Acesso em: 25 maio 2025.
- LUZURIAGA-QUICHIMBO, Carmen X. *et al.* Plant biodiversity knowledge varies by gender in sustainable Amazonian agricultural systems called chacras. *Sustainability (Switzerland)*, v. 11, n. 15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11154211>. Acesso em: 25 maio 2025.
- MESTMACHER, Jolene; BRAUN, Andreas. Women, agroecology and the state: new perspectives on scaling-up agroecology based on a field research in Chile. *Agroecology and Sustai-*

- nable Food Systems*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21683565.2020.1837330>. Acesso em: 25 maio 2025.
- NOBRE, Miriam *et al.* *Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe*. Roma: FAO, 2017.
- OLIVER, Beatriz. “The earth gives us so much”: agroecology and rural women’s leadership in Uruguay. *Culture, Agriculture, Food and Environment*, v. 38, n. 1, p. 38-47, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cuag.12064>. Acesso em: 25 maio 2025.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PULEO, Alicia. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid: Cátedra, 2011.
- SYLVESTER, Olivia; LITTLE, Mary. “I came all this way to receive training, am I really going to be taught by a woman?”: factors that support and hinder women’s participation in agroecology in Costa Rica. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 00, n. 00, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21683565.2020.1811830>. Acesso em: 25 maio 2025.
- TREVILLA ESPINAL, Diana Lilia *et al.* Feminist agroecology: analyzing power relationships in food systems. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 00, n. 00, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21683565.2021.1888842>. Acesso em: 25 maio 2025.

